

Aula 03

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

18 de Agosto de 2025

Índice

1) Simulado - Princípios do Direito Penal.- ME	3
2) Simulado - Aplicação da lei penal - ME	11
3) Simulado - Fato típico e ilicitude - ME	21



SIMULADO

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS

1. O princípio da legalidade é um dos pilares do Direito Penal e está previsto na Constituição Federal e no Código Penal. Esse princípio garante segurança jurídica, impedindo a criação de crimes e penas sem previsão legal. No entanto, existem limites e desdobramentos desse princípio que impactam diretamente a aplicação do Direito Penal.

Com base no princípio da legalidade, assinale a afirmativa correta.

- a) O princípio da legalidade permite a criação de crimes e penas por meio de decreto presidencial, desde que devidamente fundamentado.
- b) O princípio da legalidade admite a analogia in malam partem, pois o juiz pode aplicar uma pena mais severa se houver lacuna na lei.
- c) O princípio da legalidade exige que a norma penal seja clara e precisa, evitando a criação de tipos penais vagos e imprecisos.
- d) O princípio da legalidade permite a retroatividade da lei penal mais severa, desde que beneficie a sociedade.
- e) O princípio da legalidade foi expressamente revogado pelo Código Penal, sendo substituído pelo princípio da discricionariedade judicial.

2. O princípio da anterioridade é um corolário do princípio da legalidade e estabelece que nenhuma lei penal pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência. Esse princípio busca garantir segurança jurídica e impedir a aplicação retroativa de normas incriminadoras.

Com base no princípio da anterioridade, assinale a alternativa correta.

- a) A lei penal pode retroagir em qualquer situação, desde que não afete os direitos fundamentais do réu.
- b) O princípio da anterioridade impede a retroatividade da lei penal, mesmo quando ela for benéfica ao réu.
- c) A aplicação da norma penal mais severa a fatos ocorridos antes de sua vigência é permitida quando houver interesse público relevante.
- d) O princípio da anterioridade impede a retroatividade da lei penal mais severa, mas permite a aplicação retroativa da norma mais benéfica.
- e) O princípio da anterioridade é um princípio relativo, podendo ser flexibilizado por decreto presidencial.



3. O princípio da insignificância tem sido aplicado pelos tribunais brasileiros para atestar a tipicidade penal de condutas que, apesar de formalmente típicas, não geram lesão relevante ao bem jurídico tutelado.

Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da insignificância pode ser aplicado a qualquer crime, independentemente da sua gravidade.
- b) O princípio da insignificância exclui a tipicidade material da conduta quando o dano causado for irrelevante.
- c) O princípio da insignificância é um princípio absoluto, devendo ser aplicado sempre que houver mínima lesão ao bem jurídico.
- d) O princípio da insignificância permite a absolvição de qualquer réu reincidente.
- e) O princípio da insignificância é vedado pela Constituição Federal, pois contraria o princípio da legalidade.

4. A Constituição Federal estabelece que a pena não pode ultrapassar a pessoa do condenado. Esse princípio é conhecido como princípio da pessoalidade ou intranscendência da pena.

Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) A pena pode ser transmitida aos herdeiros do condenado, desde que haja previsão expressa em lei.
- b) O princípio da pessoalidade impede que os sucessores do condenado sejam responsabilizados pelo pagamento de multa penal.
- c) A morte do condenado não extingue a obrigação de cumprimento da pena privativa de liberdade.
- d) O princípio da pessoalidade se aplica apenas às penas privativas de liberdade, não abrangendo penas de multa.
- e) A pena pode ser aplicada a terceiros que tenham se beneficiado do crime.

5. O Direito Penal deve ser utilizado apenas nos casos em que outras esferas do direito não forem capazes de tutelar adequadamente o bem jurídico ameaçado. Esse entendimento está associado ao princípio da fragmentariedade do Direito Penal.

Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da fragmentariedade exige que todas as condutas socialmente reprováveis sejam criminalizadas.
- b) A fragmentariedade implica que o Direito Penal deve ser aplicado apenas quando outros ramos do direito não forem suficientes para a tutela do bem jurídico.
- c) O princípio da fragmentariedade é absoluto e impede qualquer criminalização de condutas que possam ser punidas por outras áreas do Direito.



d) A fragmentariedade obriga o legislador a criar penas alternativas em substituição as penas privativas de liberdade.

e) O princípio da fragmentariedade permite que a pena de prisão seja substituída por penas civis em qualquer crime.

6. O princípio da intervenção mínima estabelece que o Direito Penal deve ser utilizado apenas como última alternativa para a proteção de bens jurídicos essenciais.

Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

a) O princípio da intervenção mínima exige que todas as condutas socialmente indesejadas sejam criminalizadas.

b) A intervenção mínima permite que o legislador crie penas desproporcionais para crimes de pequeno potencial ofensivo.

c) Esse princípio obriga o legislador a criar penas alternativas para todos os crimes.

d) O princípio da intervenção mínima impede a criminalização de qualquer conduta de menor potencial ofensivo.

e) A intervenção mínima permite que condutas com baixa relevância social sejam resolvidas em outras esferas do direito, sem a necessidade de criminalização.

SIMULADO COMENTADO

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS

1. O princípio da legalidade é um dos pilares do Direito Penal e está previsto na Constituição Federal e no Código Penal. Esse princípio garante segurança jurídica, impedindo a criação de crimes e penas sem previsão legal. No entanto, existem limites e desdobramentos desse princípio que impactam diretamente a aplicação do Direito Penal.

Com base no princípio da legalidade, assinale a afirmativa correta.

a) O princípio da legalidade permite a criação de crimes e penas por meio de decreto presidencial, desde que devidamente fundamentado.

b) O princípio da legalidade admite a analogia in malam partem, pois o juiz pode aplicar uma pena mais severa se houver lacuna na lei.

c) O princípio da legalidade exige que a norma penal seja clara e precisa, evitando a criação de tipos penais vagos e imprecisos.



d) O princípio da legalidade permite a retroatividade da lei penal mais severa, desde que beneficie a sociedade.

e) O princípio da legalidade foi expressamente revogado pelo Código Penal, sendo substituído pelo princípio da discricionariedade judicial.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A criação de crimes e penas é prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo. Decretos presidenciais não podem estabelecer normas penais incriminadoras, pois violariam a reserva legal.

Letra B – Incorreta. A analogia in malam partem não é admitida no Direito Penal, pois poderia resultar na punição de condutas não descritas previamente na legislação.

Letra C – Correta. O princípio da legalidade exige que as normas sejam claras e precisas, de modo a garantir a segurança jurídica e evitar arbitrariedades. Esse requisito está associado ao princípio da taxatividade.

Art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal: "Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal."

Letra D – Incorreta. A retroatividade da lei penal mais severa é vedada pelo Art. 5º, XL, da Constituição Federal, pois prejudicaria o réu.

Letra E – Incorreta. O princípio da legalidade continua vigente e é uma garantia constitucional expressa, sendo indispensável no Direito Penal.

Gabarito: Letra C

2. O princípio da anterioridade é um corolário do princípio da legalidade e estabelece que nenhuma lei penal pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência. Esse princípio busca garantir segurança jurídica e impedir a aplicação retroativa de normas incriminadoras.

Com base no princípio da anterioridade, assinale a alternativa correta.

a) A lei penal pode retroagir em qualquer situação, desde que não afete os direitos fundamentais do réu.

b) O princípio da anterioridade impede a retroatividade da lei penal, mesmo quando ela for benéfica ao réu.

c) A aplicação da norma penal mais severa a fatos ocorridos antes de sua vigência é permitida quando houver interesse público relevante.

d) O princípio da anterioridade impede a retroatividade da lei penal mais severa, mas permite a aplicação retroativa da norma mais benéfica.

e) O princípio da anterioridade é um princípio relativo, podendo ser flexibilizado por decreto presidencial.

Comentários:



Letra A – Incorreta. A lei penal só pode retroagir quando for mais benéfica ao réu. Se for mais gravosa, sua retroatividade é vedada.

Letra B – Incorreta. O princípio da anterioridade impede a retroatividade da lei penal mais severa, mas permite a retroatividade da norma mais benéfica.

Letra C – Incorreta. O interesse público não autoriza a aplicação retroativa da norma penal mais severa, pois isso violaria a segurança jurídica.

Letra D – Correta. A Constituição Federal prevê que a lei penal mais severa não pode retroagir, mas a lei penal mais benéfica pode retroagir em benefício do réu.

Art. 5º, XL, da Constituição Federal: "A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu."

Letra E – Incorreta. O princípio da anterioridade é uma garantia constitucional e não pode ser flexibilizado por decreto presidencial.

Gabarito: Letra D

3. O princípio da insignificância tem sido aplicado pelos tribunais brasileiros para afastar a tipicidade penal de condutas que, apesar de formalmente típicas, não geram lesão relevante ao bem jurídico tutelado.

Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da insignificância pode ser aplicado a qualquer crime, independentemente da sua gravidade.
- b) O princípio da insignificância exclui a tipicidade material da conduta quando o dano causado for irrelevante.
- c) O princípio da insignificância é um princípio absoluto, devendo ser aplicado sempre que houver mínima lesão ao bem jurídico.
- d) O princípio da insignificância permite a absolvição de qualquer réu reincidente.
- e) O princípio da insignificância é vedado pela Constituição Federal, pois contraria o princípio da legalidade.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O princípio da insignificância não pode ser aplicado a todos os crimes, especialmente aqueles praticados com violência ou grave ameaça.

Letra B – Correta. O princípio da insignificância exclui a tipicidade material da conduta quando o dano ao bem jurídico for irrelevante, tornando a conduta atípica.

Letra C – Incorreta. O princípio da insignificância não é absoluto e deve ser aplicado com cautela, considerando a gravidade do crime e as circunstâncias do caso concreto.



Letra D – Incorreta. A reincidência pode atestar a aplicação do princípio da insignificância, conforme entendimento do STF e do STJ.

Letra E – Incorreta. O princípio da insignificância é reconhecido pela doutrina e jurisprudência, não sendo vedado pela Constituição.

Gabarito: Letra B

4. A Constituição Federal estabelece que a pena não pode ultrapassar a pessoa do condenado. Esse princípio é conhecido como princípio da pessoalidade ou intranscendência da pena.

Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) A pena pode ser transmitida aos herdeiros do condenado, desde que haja previsão expressa em lei.
- b) O princípio da pessoalidade impede que os sucessores do condenado sejam responsabilizados pelo pagamento de multa penal.
- c) A morte do condenado não extingue a obrigação de cumprimento da pena privativa de liberdade.
- d) O princípio da pessoalidade se aplica apenas às penas privativas de liberdade, não abrangendo penas de multa.
- e) A pena pode ser aplicada a terceiros que tenham se beneficiado do crime.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A pena é personalíssima e não pode ser transmitida aos herdeiros, independentemente de previsão legal. Apenas a obrigação de reparar o dano pode ser repassada aos sucessores, nos limites do patrimônio herdado.

Letra B – Correta. O princípio da intranscendência da pena impede que os sucessores do condenado sejam responsabilizados pela multa penal, pois esta tem natureza punitiva.

Art. 5º, XLV, da Constituição Federal: "Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido."

Letra C – Incorreta. A morte do condenado extingue a punibilidade, incluindo o cumprimento da pena privativa de liberdade e da multa penal.

Letra D – Incorreta. O princípio da pessoalidade da pena se aplica a todas as penas, incluindo a multa penal, que também não pode ser transferida aos herdeiros.

Letra E – Incorreta. A pena não pode ser aplicada a terceiros, mesmo que tenham se beneficiado do crime, pois o Direito Penal brasileiro se fundamenta na responsabilidade penal individual.

Gabarito: Letra B



5. O Direito Penal deve ser utilizado apenas nos casos em que outras esferas do direito não forem capazes de tutelar adequadamente o bem jurídico ameaçado. Esse entendimento está associado ao princípio da fragmentariedade do Direito Penal.

Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da fragmentariedade exige que todas as condutas socialmente reprováveis sejam criminalizadas.
- b) A fragmentariedade implica que o Direito Penal deve ser aplicado apenas quando outros ramos do direito não forem suficientes para a tutela do bem jurídico.
- c) O princípio da fragmentariedade é absoluto e impede qualquer criminalização de condutas que possam ser punidas por outras áreas do Direito.
- d) A fragmentariedade obriga o legislador a criar penas alternativas em substituição às penas privativas de liberdade.
- e) O princípio da fragmentariedade permite que a pena de prisão seja substituída por penas civis em qualquer crime.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O princípio da fragmentariedade orienta exatamente o oposto: o Direito Penal deve ser aplicado de forma excepcional, apenas quando necessário.

Letra B – Correta. O princípio da fragmentariedade estabelece que o Direito Penal deve ser reservado apenas para os casos mais graves, evitando sua banalização.

Letra C – Incorreta. O princípio da fragmentariedade não impede totalmente a criminalização de condutas, mas apenas restringe seu uso a casos de maior relevância social.

Letra D – Incorreta. O princípio da fragmentariedade não exige penas alternativas, mas sim a limitação da intervenção penal aos casos estritamente necessários.

Letra E – Incorreta. A substituição da pena de prisão por penas civis não é aplicável em qualquer crime, devendo ser analisada conforme a gravidade do delito.

Gabarito: Letra B

6. O princípio da intervenção mínima estabelece que o Direito Penal deve ser utilizado apenas como última alternativa para a proteção de bens jurídicos essenciais.

Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da intervenção mínima exige que todas as condutas socialmente indesejadas sejam criminalizadas.



- b) A intervenção mínima permite que o legislador crie penas desproporcionais para crimes de pequeno potencial ofensivo.
- c) Esse princípio obriga o legislador a criar penas alternativas para todos os crimes.
- d) O princípio da intervenção mínima impede a criminalização de qualquer conduta de menor potencial ofensivo.
- e) A intervenção mínima permite que condutas com baixa relevância social sejam resolvidas em outras esferas do direito, sem a necessidade de criminalização.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O princípio da intervenção mínima defende que o Direito Penal só deve ser acionado quando absolutamente necessário, e não para todas as condutas indesejadas.

Letra E – Incorreta. O princípio da intervenção mínima visa exatamente o oposto: evitar penas desproporcionais para crimes de menor gravidade.

Letra C – Incorreta. Esse princípio não obriga a criação de penas alternativas, mas sim a limitação da aplicação do Direito Penal a casos mais graves.

Letra D – Incorreta. A criminalização de condutas de menor potencial ofensivo pode ocorrer, desde que haja justificativa social relevante.

Letra B – Correta. O princípio da intervenção mínima determina que o Direito Penal só deve ser acionado quando outros meios forem insuficientes para a proteção do bem jurídico.

Gabarito: Letra E

GABARITO

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS

1. Letra C	2. Letra D	3. Letra B	4. Letra B	5. Letra B
6. Letra E				



SIMULADO

Simulado	1
Introdução.....	1
Questões Inéditas	1
Gabarito	4
Questões Comentadas	5

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Irretroatividade da lei penal. Disposições preliminares do CP. Contagem de prazo.

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Irretroatividade da lei penal. Disposições preliminares do CP. Contagem de prazo.

1. O conceito de tempo do crime é essencial para determinar qual legislação será aplicada a determinada conduta. A legislação penal brasileira adota um critério específico para essa definição.

Com base na teoria adotada pelo Código Penal para o tempo do crime, assinale a alternativa correta.

a) O Brasil adota a teoria do resultado, considerando como tempo do crime o momento em que ocorre a consequência da ação ou omissão do agente.



- b) A teoria da atividade é a adotada pelo Código Penal brasileiro, considerando tempo do crime o momento da ação ou omissão, ainda que o resultado ocorra posteriormente.
- c) O tempo do crime pode ser fixado a critério do juiz, com base na relevância do momento da conduta ou do resultado.
- d) A Constituição Federal estabelece que o tempo do crime será sempre o momento em que o agente foi condenado.
- e) O Brasil adota a teoria mista, combinando aspectos da teoria do resultado e da teoria da atividade para definir o tempo do crime.

2. A definição do lugar do crime é essencial para a determinação da competência jurisdicional e da aplicação da legislação penal.

Com base na teoria adotada pelo Código Penal brasileiro para o lugar do crime, assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adota a teoria da ubiquidade, considerando como lugar do crime tanto o local da ação quanto o local do resultado.
- b) O lugar do crime é sempre o local onde a vítima sofreu as consequências da conduta criminosa.
- c) A competência para julgar um crime é sempre do tribunal do local onde foi praticada a ação criminosa, independentemente do local do resultado.
- d) O Código Penal brasileiro adota exclusivamente a teoria da atividade, considerando como lugar do crime apenas o local onde o agente atuou.
- e) A teoria adotada pelo Brasil exige que o crime ocorra inteiramente dentro do território nacional para que a lei penal brasileira seja aplicável.

3. A legislação penal prevê a existência de leis penais excepcionais e temporárias, que possuem características específicas quanto à sua vigência e aplicabilidade.

Com base nessas categorias de normas, assinale a alternativa correta.

- a) A lei penal excepcional perde sua eficácia automaticamente quando cessam as circunstâncias que a motivaram, não sendo mais aplicada aos fatos praticados durante sua vigência.
- b) As leis penais temporárias possuem prazo de vigência determinado e, ao final desse prazo, deixam de ser aplicáveis a qualquer fato, mesmo aqueles ocorridos enquanto estavam em vigor.
- c) A lei penal excepcional não pode ser aplicada após o fim da situação de emergência que justificou sua criação, salvo se houver previsão expressa de retroatividade.
- d) As leis penais temporárias e excepcionais continuam aplicáveis aos fatos praticados durante sua vigência, mesmo após sua revogação ou cessação das circunstâncias que a motivaram.



e) A lei penal temporária pode ser aplicada retroativamente para abranger fatos anteriores à sua vigência, desde que seja mais severa e atenda ao interesse público.

4. A contagem de prazos no Direito Penal segue regras específicas que devem ser observadas para garantir a correta aplicação das normas e o respeito às garantias dos réus e condenados.

Sobre a contagem de prazos no Direito Penal, assinale a alternativa correta.

a) O prazo penal deve ser contado de acordo com o Código de Processo Civil, considerando apenas os dias úteis.

b) Os prazos penais incluem os dias úteis e excluem os finais de semana e feriados, salvo disposição expressa em contrário.

c) No Direito Penal, os prazos são contados incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o dia do vencimento.

d) O Código Penal estabelece que a contagem de prazos deve seguir os critérios do Código de Processo Penal, sempre considerando apenas os dias úteis.

e) A contagem do prazo penal inicia-se no primeiro dia útil após a ocorrência do fato criminoso.

5. A aplicação da lei penal no espaço é regulada pelo princípio da territorialidade, que estabelece critérios para a incidência das normas penais brasileiras em crimes cometidos dentro e fora do território nacional.

Sobre a aplicação da lei penal no espaço, assinale a alternativa correta.

a) O princípio da territorialidade estabelece que a lei penal brasileira se aplica apenas aos crimes cometidos dentro do território nacional, sem exceções.

b) A lei penal brasileira não pode ser aplicada a crimes cometidos no exterior, mesmo que envolvam interesses do Brasil e de seus cidadãos.

c) O Brasil adota o princípio da territorialidade mitigada, permitindo a aplicação da lei penal nacional em casos específicos de crimes cometidos no exterior.

d) A extraterritorialidade da lei penal brasileira aplica-se a qualquer crime cometido fora do país, independentemente de sua gravidade ou relação com o Brasil.

e) O Código Penal determina que a lei penal brasileira se aplica a crimes cometidos no estrangeiro apenas quando há previsão expressa de extraterritorialidade em tratados internacionais.

6. O Código Penal estabelece regras específicas para a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, bem como para a definição da norma aplicável a casos concretos. A sucessão de leis pode gerar conflitos que devem ser resolvidos de acordo com os princípios penais.

Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta.



- a) A lei penal mais benéfica pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência, salvo se já houver sentença condenatória transitada em julgado.
- b) A lei penal posterior sempre revoga a anterior, independentemente de ser mais benéfica ou mais severa.
- c) O Código Penal prevê que, nos casos de leis temporárias e excepcionais, a revogação da norma extingue automaticamente a punibilidade dos fatos cometidos durante sua vigência.
- d) Se uma lei penal mais severa entrar em vigor após a prática do crime, mas antes da sentença condenatória, ela deve ser aplicada ao caso concreto.
- e) A revogação de uma norma penal não impede sua aplicação aos fatos praticados enquanto ela estava em vigor, desde que não haja outra lei posterior mais benéfica ao réu.

GABARITO

1. Letra B	2. Letra A	3. Letra D	4. Letra C
5. Letra C	6. Letra E		



QUESTÕES COMENTADAS

Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Irretroatividade da lei penal. Disposições preliminares do CP. Contagem de prazo.

1. O conceito de tempo do crime é essencial para determinar qual legislação será aplicada a determinada conduta. A legislação penal brasileira adota um critério específico para essa definição.

Com base na teoria adotada pelo Código Penal para o tempo do crime, assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adota a teoria do resultado, considerando como tempo do crime o momento em que ocorre a consequência da ação ou omissão do agente.
- b) A teoria da atividade é a adotada pelo Código Penal brasileiro, considerando tempo do crime o momento da ação ou omissão, ainda que o resultado ocorra posteriormente.
- c) O tempo do crime pode ser fixado a critério do juiz, com base na relevância do momento da conduta ou do resultado.
- d) A Constituição Federal estabelece que o tempo do crime será sempre o momento em que o agente foi condenado.
- e) O Brasil adota a teoria mista, combinando aspectos da teoria do resultado e da teoria da atividade para definir o tempo do crime.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O Brasil não adota a teoria do resultado para definir o tempo do crime, pois isso poderia gerar insegurança jurídica em casos em que o efeito do crime ocorra tempos depois da ação do agente.

Letra B – Correta. O Código Penal brasileiro adota a teoria da atividade, considerando como tempo do crime o momento da ação ou omissão do agente.

Art. 4º do Código Penal: "Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado."

Letra C – Incorreta. O juiz não pode escolher o critério a ser adotado, pois a definição do tempo do crime é uma questão de legalidade estrita.

Letra D – Incorreta. O tempo do crime não está relacionado ao momento da condenação, mas sim ao momento da conduta.



Letra E – Incorreta. O Código Penal brasileiro adota exclusivamente a teoria da atividade, sem combinação com outros critérios.

Gabarito: Letra B

2. A definição do lugar do crime é essencial para a determinação da competência jurisdicional e da aplicação da legislação penal.

Com base na teoria adotada pelo Código Penal brasileiro para o lugar do crime, assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adota a teoria da ubiquidade, considerando como lugar do crime tanto o local da ação quanto o local do resultado.
- b) O lugar do crime é sempre o local onde a vítima sofreu as consequências da conduta criminosa.
- c) A competência para julgar um crime é sempre do tribunal do local onde foi praticada a ação criminosa, independentemente do local do resultado.
- d) O Código Penal brasileiro adota exclusivamente a teoria da atividade, considerando como lugar do crime apenas o local onde o agente atuou.
- e) A teoria adotada pelo Brasil exige que o crime ocorra inteiramente dentro do território nacional para que a lei penal brasileira seja aplicável.

Comentários:

Letra A – Correta. O Código Penal brasileiro adota a teoria da ubiquidade, considerando como lugar do crime tanto o local da conduta quanto o local do resultado.

Art. 6º do Código Penal: "Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado."

Letra B – Incorreta. Se a ação ocorreu em um local e o resultado em outro, ambos os locais são considerados para definir o lugar do crime.

Letra C – Incorreta. A competência pode ser determinada tanto pelo local da ação quanto pelo local do resultado.

Letra D – Incorreta. O Código Penal não adota exclusivamente a teoria da atividade, mas sim a teoria da ubiquidade.

Letra E – Incorreta. A aplicação da lei penal brasileira pode ocorrer mesmo que parte do crime tenha ocorrido no exterior, conforme regras de extraterritorialidade.

Gabarito: Letra A

3. A legislação penal prevê a existência de leis penais excepcionais e temporárias, que possuem características específicas quanto à sua vigência e aplicabilidade.



Com base nessas categorias de normas, assinale a alternativa correta.

- a) A lei penal excepcional perde sua eficácia automaticamente quando cessam as circunstâncias que a motivaram, não sendo mais aplicada aos fatos praticados durante sua vigência.
- b) As leis penais temporárias possuem prazo de vigência determinado e, ao final desse prazo, deixam de ser aplicáveis a qualquer fato, mesmo aqueles ocorridos enquanto estavam em vigor.
- c) A lei penal excepcional não pode ser aplicada após o fim da situação de emergência que justificou sua criação, salvo se houver previsão expressa de retroatividade.
- d) As leis penais temporárias e excepcionais continuam aplicáveis aos fatos praticados durante sua vigência, mesmo após sua revogação ou cessação das circunstâncias que a motivaram.
- e) A lei penal temporária pode ser aplicada retroativamente para abranger fatos anteriores à sua vigência, desde que seja mais severa e atenda ao interesse público.

Comentários:

Letra A – Incorreta. As leis penais excepcionais continuam aplicáveis aos fatos praticados durante sua vigência, mesmo após cessadas as circunstâncias que as motivaram.

Letra B – Incorreta. As leis penais temporárias, mesmo após expirado seu prazo de vigência, ainda se aplicam aos fatos ocorridos enquanto estavam em vigor.

Letra C – Incorreta. A lei penal excepcional mantém sua aplicabilidade para os fatos praticados durante seu período de vigência, sem necessidade de previsão expressa de retroatividade.

Letra D – Correta. Tanto as leis penais temporárias quanto as excepcionais continuam a ser aplicadas a fatos ocorridos durante sua vigência, ainda que posteriormente percam validade.

Art. 3º do Código Penal: "A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência."

Letra E – Incorreta. Nenhuma lei penal mais severa pode retroagir para prejudicar o réu, conforme o princípio constitucional da irretroatividade.

Gabarito: Letra D

4. A contagem de prazos no Direito Penal segue regras específicas que devem ser observadas para garantir a correta aplicação das normas e o respeito às garantias dos réus e condenados.

Sobre a contagem de prazos no Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo penal deve ser contado de acordo com o Código de Processo Civil, considerando apenas os dias úteis.
- b) Os prazos penais incluem os dias úteis e excluem os finais de semana e feriados, salvo disposição expressa em contrário.



- c) No Direito Penal, os prazos são contados incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o dia do vencimento.
- d) O Código Penal estabelece que a contagem de prazos deve seguir os critérios do Código de Processo Penal, sempre considerando apenas os dias úteis.
- e) A contagem do prazo penal inicia-se no primeiro dia útil após a ocorrência do fato criminoso.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O Código de Processo Civil não regula a contagem de prazos penais, pois esta segue regras próprias estabelecidas no Código Penal e no Código de Processo Penal.

Letra B – Incorreta. No Direito Penal, os prazos são contados de maneira contínua, sem exclusão de finais de semana e feriados.

Letra C – Correta. A contagem de prazos no Direito Penal exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento, conforme o Código Penal.

Art. 10 do Código Penal: "O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum."

Letra D – Incorreta. O Código Penal e o Código de Processo Penal estabelecem regras próprias para a contagem de prazos.

Letra E – Incorreta. A contagem do prazo penal começa a partir do momento da ocorrência do fato criminoso, sem necessidade de aguardar o primeiro dia útil.

Gabarito: Letra C

5. A aplicação da lei penal no espaço é regulada pelo princípio da territorialidade, que estabelece critérios para a incidência das normas penais brasileiras em crimes cometidos dentro e fora do território nacional.

Sobre a aplicação da lei penal no espaço, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da territorialidade estabelece que a lei penal brasileira se aplica apenas aos crimes cometidos dentro do território nacional, sem exceções.
- b) A lei penal brasileira não pode ser aplicada a crimes cometidos no exterior, mesmo que envolvam interesses do Brasil e de seus cidadãos.
- c) O Brasil adota o princípio da territorialidade mitigada, permitindo a aplicação da lei penal nacional em casos específicos de crimes cometidos no exterior.
- d) A extraterritorialidade da lei penal brasileira aplica-se a qualquer crime cometido fora do país, independentemente de sua gravidade ou relação com o Brasil.
- e) O Código Penal determina que a lei penal brasileira se aplica a crimes cometidos no estrangeiro apenas quando há previsão expressa de extraterritorialidade em tratados internacionais.



Comentários:

Letra A – Incorreta. O princípio da territorialidade no Brasil é mitigado, permitindo exceções nos casos de extraterritorialidade previstos na legislação.

Letra B – Incorreta. A lei penal brasileira pode ser aplicada a crimes cometidos no exterior, especialmente quando envolvem interesses nacionais ou compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Letra C – Correta. O Brasil adota a territorialidade mitigada, permitindo a aplicação da lei penal brasileira a crimes praticados fora do país, em situações específicas previstas no Código Penal.

Art. 7º do Código Penal: "Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I – os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;

II – os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;

III – os crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço;

IV – os crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil."

Letra D – Incorreta. A extraterritorialidade da lei penal brasileira não é irrestrita e só se aplica em situações legalmente previstas.

Letra E – Incorreta. A extraterritorialidade não depende exclusivamente de tratados internacionais; há hipóteses previstas no Código Penal que permitem a aplicação da lei penal brasileira independentemente de acordo internacional.

Gabarito: Letra C

6. O Código Penal estabelece regras específicas para a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, bem como para a definição da norma aplicável a casos concretos. A sucessão de leis pode gerar conflitos que devem ser resolvidos de acordo com os princípios penais.

Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta.

a) A lei penal mais benéfica pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência, salvo se já houver sentença condenatória transitada em julgado.

b) A lei penal posterior sempre revoga a anterior, independentemente de ser mais benéfica ou mais severa.

c) O Código Penal prevê que, nos casos de leis temporárias e excepcionais, a revogação da norma extingue automaticamente a punibilidade dos fatos cometidos durante sua vigência.

d) Se uma lei penal mais severa entrar em vigor após a prática do crime, mas antes da sentença condenatória, ela deve ser aplicada ao caso concreto.



e) A revogação de uma norma penal não impede sua aplicação aos fatos praticados enquanto ela estava em vigor, desde que não haja outra lei posterior mais benéfica ao réu.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A lei penal mais benéfica pode retroagir mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, conforme a garantia constitucional da retroatividade da norma mais favorável ao réu.

Letra B – Incorreta. Nem toda lei posterior revoga automaticamente a anterior; a revogação depende do conteúdo da nova norma e de sua compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente.

Letra C – Incorreta. As leis penais temporárias e excepcionais continuam sendo aplicadas aos fatos ocorridos durante sua vigência, mesmo após sua revogação.

Letra D – Incorreta. A lei penal mais severa não pode ser aplicada a fatos anteriores à sua vigência, pois isso violaria o princípio da irretroatividade da norma penal mais gravosa.

Letra E – Correta. Se uma norma penal foi revogada, ainda assim ela pode continuar sendo aplicada aos fatos praticados enquanto estava em vigor, exceto se houver outra norma posterior mais benéfica ao réu.

Art. 2º, parágrafo único, do Código Penal: "A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado."

Gabarito: Letra E



SIMULADO

FATO TÍPICO E ILICITUDE. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO. EXCESSO PUNÍVEL.

1. O conceito de fato típico é fundamental no Direito Penal e compõe-se de elementos essenciais para a configuração de um crime. Sobre o fato típico, assinale a alternativa correta.

- a) O fato típico é composto pelos elementos conduta, resultado, nexa causal e tipicidade, e a ausência de qualquer um deles afasta a tipicidade penal.
- b) A tipicidade é o único elemento essencial do fato típico, sendo irrelevante a análise do resultado ou do nexa causal.
- c) A ausência de dolo ou culpa não afasta a tipicidade penal, pois a responsabilidade objetiva é plenamente admitida no Direito Penal brasileiro.
- d) O fato típico pode ser configurado mesmo sem previsão legal expressa, desde que a conduta do agente cause repulsa social.
- e) No Direito Penal, admite-se a criação de crimes com base na analogia, para garantir a punição de condutas socialmente reprováveis.

2. O crime consumado e a tentativa são institutos fundamentais para a caracterização do delito e sua punição. Sobre a consumação e a tentativa, assinale a alternativa correta.

- a) O crime só se considera consumado quando o agente atinge plenamente o resultado pretendido.
- b) O Código Penal brasileiro adota a teoria objetiva para definir a tentativa, exigindo que o agente tenha praticado todos os atos necessários ao crime para que ele seja punido.
- c) A tentativa só ocorre nos crimes materiais, pois nos crimes formais e de mera conduta não há necessidade de resultado para a consumação.
- d) O crime é considerado tentado quando, iniciada a execução, o agente não consegue consumá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade.
- e) A punição da tentativa é idêntica à do crime consumado, pois o Código Penal não diferencia a gravidade das condutas.

3. A ilicitude é um dos elementos do crime e pode ser afastada em determinadas hipóteses previstas na legislação penal. Sobre as causas de exclusão da ilicitude, assinale a alternativa correta.

- a) O estado de necessidade e a legítima defesa são causas excludentes da ilicitude e, por isso, afastam automaticamente a punição do agente.



- b) A legítima defesa ocorre quando o agente repele agressão injusta, atual ou iminente, contra si ou contra terceiros, utilizando meio necessário e moderado.
- c) A exclusão da ilicitude pelo estrito cumprimento do dever legal só se aplica aos agentes públicos.
- d) O consentimento da vítima é uma causa excludente da ilicitude expressamente prevista no Código Penal.
- e) O estado de necessidade só se configura quando o perigo for causado pelo próprio agente que pratica a conduta.

4. O excesso punível ocorre quando o agente extrapola os limites das causas excludentes da ilicitude. Sobre o excesso punível, assinale a alternativa correta.

- a) O excesso punível pode ser classificado como doloso, culposo ou exculpante, dependendo das circunstâncias do caso concreto.
- b) Se o agente agir em legítima defesa, ele nunca poderá ser punido, mesmo que utilize meios claramente desproporcionais para repelir a agressão.
- c) O excesso culposo ocorre quando o agente extrapola os limites da excludente de ilicitude por erro inevitável.
- d) O excesso exculpante ocorre quando o agente age de maneira desproporcional, mas ainda assim pode ser punido pelo resultado.
- e) O Código Penal não prevê hipóteses de excesso punível, sendo este um conceito exclusivamente doutrinário.

5. O estado de necessidade é uma das causas excludentes da ilicitude previstas no Código Penal. Sobre esse instituto, assinale a alternativa correta.

- a) O estado de necessidade só pode ser reconhecido se a situação de perigo for causada por fato natural, como um desastre ambiental.
- b) O estado de necessidade só exclui a ilicitude quando o bem jurídico protegido for de maior valor do que o bem jurídico sacrificado.
- c) O estado de necessidade pode excluir a ilicitude mesmo quando o perigo foi causado voluntariamente pelo agente.
- d) O estado de necessidade é uma excludente aplicável apenas a crimes patrimoniais.
- e) A exclusão da ilicitude pelo estado de necessidade impede qualquer responsabilização civil pelo dano causado.

6. O estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito são hipóteses em que a conduta, embora típica, não será considerada ilícita. Sobre essas excludentes de ilicitude, assinale a alternativa correta.



- a) O estrito cumprimento do dever legal pode ser invocado por qualquer cidadão que alegue estar agindo em nome do interesse público.
- b) O exercício regular de um direito permite que qualquer pessoa cause lesão a terceiros, desde que esteja agindo de acordo com suas próprias convicções.
- c) O estrito cumprimento do dever legal pode ser aplicado a agentes públicos que atuam dentro dos limites da lei, como policiais no uso da força legítima.
- d) O exercício regular de um direito não pode ser invocado para justificar agressões físicas, mesmo em esportes de contato, como o boxe e o MMA.
- e) O estrito cumprimento do dever legal pode ser afastado se o agente, mesmo no exercício da função pública, agir com abuso ou desvio de poder.

7. A ilicitude e a culpabilidade são elementos distintos do crime, e suas excludentes possuem consequências diferentes no Direito Penal. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) A exclusão da ilicitude de uma conduta impede a aplicação de qualquer sanção ao agente, inclusive sanções civis ou administrativas.
- b) O erro sobre a existência de uma causa excludente da ilicitude pode excluir a culpabilidade do agente, desde que seja inevitável.
- c) A exclusão da ilicitude significa que a conduta deixa de ser considerada crime, mas o agente ainda pode ser punido com pena alternativa.
- d) Se um policial agir em estrito cumprimento do dever legal, ele ainda poderá ser condenado criminalmente, mas terá a pena reduzida.
- e) O erro sobre a existência de uma causa excludente da ilicitude sempre isenta o agente de qualquer responsabilidade penal.

SIMULADO COMENTADO

FATO TÍPICO E ILICITUDE. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO. EXCESSO PUNÍVEL.

1. O conceito de fato típico é fundamental no Direito Penal e compõe-se de elementos essenciais para a configuração de um crime. Sobre o fato típico, assinale a alternativa correta.

- a) O fato típico é composto pelos elementos conduta, resultado, nexa causal e tipicidade, e a ausência de qualquer um deles afasta a tipicidade penal.



- b) A tipicidade é o único elemento essencial do fato típico, sendo irrelevante a análise do resultado ou do nexo causal.
- c) A ausência de dolo ou culpa não afasta a tipicidade penal, pois a responsabilidade objetiva é plenamente admitida no Direito Penal brasileiro.
- d) O fato típico pode ser configurado mesmo sem previsão legal expressa, desde que a conduta do agente cause repulsa social.
- e) No Direito Penal, admite-se a criação de crimes com base na analogia, para garantir a punição de condutas socialmente reprováveis.

Comentários:

Letra A – Correta. O fato típico é composto pelos elementos conduta, resultado, nexo causal e tipicidade, sendo imprescindível a presença de todos para a configuração do crime.

Letra B – Incorreta. A tipicidade sozinha não configura fato típico; é necessário que os demais elementos (conduta, resultado e nexo causal) estejam presentes.

Letra C – Incorreta. O Direito Penal brasileiro não admite responsabilidade objetiva, exigindo dolo ou culpa para a configuração da conduta típica.

Letra D – Incorreta. O princípio da legalidade exige que toda conduta criminosa esteja expressamente prevista em lei, vedando a criminalização de atos apenas por sua reprovação social.

Art. 1º do Código Penal: "Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal."

Letra E – Incorreta. A analogia in malam partem é vedada no Direito Penal, pois pode resultar na punição de condutas sem previsão legal.

Gabarito: Letra A

2. O crime consumado e a tentativa são institutos fundamentais para a caracterização do delito e sua punição. Sobre a consumação e a tentativa, assinale a alternativa correta.

- a) O crime só se considera consumado quando o agente atinge plenamente o resultado pretendido.
- b) O Código Penal brasileiro adota a teoria objetiva para definir a tentativa, exigindo que o agente tenha praticado todos os atos necessários ao crime para que ele seja punido.
- c) A tentativa só ocorre nos crimes materiais, pois nos crimes formais e de mera conduta não há necessidade de resultado para a consumação.
- d) O crime é considerado tentado quando, iniciada a execução, o agente não consegue consumá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade.
- e) A punição da tentativa é idêntica à do crime consumado, pois o Código Penal não diferencia a gravidade das condutas.



Comentários:

Letra A – Incorreta. O crime consuma-se quando preenche todos os requisitos do tipo penal, o que nem sempre exige a obtenção do resultado pretendido.

Letra B – Incorreta. O Código Penal adota a teoria subjetiva para a tentativa, punindo o agente pelo perigo que sua conduta representou, ainda que não tenha praticado todos os atos necessários ao crime.

Letra C – Incorreta. Nos crimes formais e de mera conduta não há tentativa, pois a consumação ocorre com a conduta do agente, independentemente do resultado.

Letra D – Correta. A tentativa ocorre quando o agente inicia a execução do crime, mas não consegue consumá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade.

Art. 14, II, do Código Penal: "Diz-se o crime: II – tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente."

Letra E – Incorreta. O Código Penal prevê que a pena da tentativa será reduzida de um a dois terços, considerando a menor gravidade da conduta.

Gabarito: Letra D

3. A ilicitude é um dos elementos do crime e pode ser afastada em determinadas hipóteses previstas na legislação penal. Sobre as causas de exclusão da ilicitude, assinale a alternativa correta.

- a) O estado de necessidade e a legítima defesa são causas excludentes da ilicitude e, por isso, afastam automaticamente a punição do agente.
- b) A legítima defesa ocorre quando o agente repele agressão injusta, atual ou iminente, contra si ou contra terceiros, utilizando meio necessário e moderado.
- c) A exclusão da ilicitude pelo estrito cumprimento do dever legal só se aplica aos agentes públicos.
- d) O consentimento da vítima é uma causa excludente da ilicitude expressamente prevista no Código Penal.
- e) O estado de necessidade só se configura quando o perigo for causado pelo próprio agente que pratica a conduta.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A presença de uma causa excludente da ilicitude não significa, necessariamente, que o agente ficará isento de punição, pois pode haver excesso punível.

Letra B – Correta. A legítima defesa exige agressão injusta, atual ou iminente, e o agente deve utilizar meio necessário e moderado para a repulsa.

Art. 25 do Código Penal: "Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem."



Letra C – Incorreta. O estrito cumprimento do dever legal pode abranger particulares em algumas situações, como o caso de seguranças privados em certas funções.

Letra D – Incorreta. O consentimento da vítima não é uma causa excludente da ilicitude expressamente prevista no Código Penal, embora possa ser relevante em certos crimes.

Letra E – Incorreta. O estado de necessidade pode ser caracterizado mesmo quando o perigo não foi causado pelo próprio agente.

Gabarito: Letra B

4. O excesso punível ocorre quando o agente extrapola os limites das causas excludentes da ilicitude. Sobre o excesso punível, assinale a alternativa correta.

a) O excesso punível pode ser classificado como doloso, culposo ou exculpante, dependendo das circunstâncias do caso concreto.

b) Se o agente agir em legítima defesa, ele nunca poderá ser punido, mesmo que utilize meios claramente desproporcionais para repelir a agressão.

c) O excesso culposo ocorre quando o agente extrapola os limites da excludente de ilicitude por erro inevitável.

d) O excesso exculpante ocorre quando o agente age de maneira desproporcional, mas ainda assim pode ser punido pelo resultado.

e) O Código Penal não prevê hipóteses de excesso punível, sendo este um conceito exclusivamente doutrinário.

Comentários:

Letra A – Correta. A doutrina majoritária classifica o excesso punível como doloso, quando o agente quer ultrapassar os limites; culposo, quando há negligência, imprudência ou imperícia; e exculpante, quando há uma situação de medo, surpresa ou emoção intensa que exclui a culpabilidade.

Letra B – Incorreta. A legítima defesa não justifica atos desproporcionais, e o uso excessivo da força pode resultar em punição ao agente.

Letra C – Incorreta. O excesso culposo ocorre quando o agente extrapola os limites da excludente de forma imprudente, negligente ou imperita, e não por erro inevitável.

Letra D – Incorreta. O excesso exculpante exclui a culpabilidade do agente, impedindo sua punição.

Letra E – Incorreta. O Código Penal prevê hipóteses de excesso punível, especialmente nos artigos que tratam da legítima defesa e do estado de necessidade.

Art. 23, parágrafo único, do Código Penal: "O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo."

Gabarito: Letra A



5. O estado de necessidade é uma das causas excludentes da ilicitude previstas no Código Penal. Sobre esse instituto, assinale a alternativa correta.

- a) O estado de necessidade só pode ser reconhecido se a situação de perigo for causada por fato natural, como um desastre ambiental.
- b) O estado de necessidade só exclui a ilicitude quando o bem jurídico protegido for de maior valor do que o bem jurídico sacrificado.
- c) O estado de necessidade pode excluir a ilicitude mesmo quando o perigo foi causado voluntariamente pelo agente.
- d) O estado de necessidade é uma excludente aplicável apenas a crimes patrimoniais.
- e) A exclusão da ilicitude pelo estado de necessidade impede qualquer responsabilização civil pelo dano causado.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O estado de necessidade pode ser reconhecido em qualquer situação de perigo atual e inevitável, independentemente de ser causado por fatos naturais ou humanos.

Letra B – Incorreta. O estado de necessidade pode ser admitido mesmo quando há sacrifício de um bem jurídico de igual valor, a depender das circunstâncias.

Letra C – Correta. O estado de necessidade pode ser reconhecido mesmo quando o agente tenha causado o perigo, desde que isso não tenha ocorrido com intenção criminosa.

Letra D – Incorreta. O estado de necessidade pode ser aplicado a crimes de diversas naturezas, não se restringindo aos patrimoniais.

Letra E – Incorreta. O estado de necessidade pode excluir a ilicitude, mas a responsabilidade civil pode ser mantida, devendo o agente reparar os danos causados.

Art. 24 do Código Penal: "Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual e inevitável direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se."

Gabarito: Letra C

6. O estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito são hipóteses em que a conduta, embora típica, não será considerada ilícita. Sobre essas excludentes de ilicitude, assinale a alternativa correta.

- a) O estrito cumprimento do dever legal pode ser invocado por qualquer cidadão que alegue estar agindo em nome do interesse público.
- b) O exercício regular de um direito permite que qualquer pessoa cause lesão a terceiros, desde que esteja agindo de acordo com suas próprias convicções.



- c) O estrito cumprimento do dever legal pode ser aplicado a agentes públicos que atuam dentro dos limites da lei, como policiais no uso da força legítima.
- d) O exercício regular de um direito não pode ser invocado para justificar agressões físicas, mesmo em esportes de contato, como o boxe e o MMA.
- e) O estrito cumprimento do dever legal não pode ser afastado se o agente, mesmo no exercício da função pública, agir com abuso ou desvio de poder.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O estrito cumprimento do dever legal só pode ser invocado por agentes que tenham um dever jurídico específico de agir, e não por qualquer cidadão.

Letra B – Incorreta. O exercício regular de um direito não permite que o agente cause dano indiscriminadamente, devendo respeitar limites legais e éticos.

Letra C – Correta. Policiais e outros agentes públicos podem invocar o estrito cumprimento do dever legal quando atuam nos limites da lei, como no uso proporcional da força.

Letra D – Incorreta. O exercício regular de um direito pode justificar lesões em esportes de contato, desde que dentro das regras estabelecidas.

Letra E – Incorreta. O estrito cumprimento do dever legal, assim como as demais excludentes de ilicitude, possui limites. Se o agente público, mesmo no exercício de sua função, age com abuso ou desvio de poder, ele excede os limites da lei e sua conduta não estará mais amparada por essa excludente, tornando-se ilícita.

Art. 23, III, do Código Penal: "Não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito ou no estrito cumprimento de dever legal."

Gabarito: Letra C

7. A ilicitude e a culpabilidade são elementos distintos do crime, e suas excludentes possuem consequências diferentes no Direito Penal. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) A exclusão da ilicitude de uma conduta impede a aplicação de qualquer sanção ao agente, inclusive sanções civis ou administrativas.
- b) O erro sobre a existência de uma causa excludente da ilicitude pode excluir a culpabilidade do agente, desde que seja inevitável.
- c) A exclusão da ilicitude significa que a conduta deixa de ser considerada crime, mas o agente ainda pode ser punido com pena alternativa.
- d) Se um policial agir em estrito cumprimento do dever legal, ele ainda poderá ser condenado criminalmente, mas terá a pena reduzida.
- e) O erro sobre a existência de uma causa excludente da ilicitude sempre isenta o agente de qualquer responsabilidade penal.



Comentários:

Letra A – Incorreta. A exclusão da ilicitude pode impedir a sanção penal, mas não necessariamente impede a responsabilidade civil ou administrativa.

Letra B – Correta. O erro inevitável sobre a existência de uma causa excludente da ilicitude pode excluir a culpabilidade, pois o agente age sem consciência da ilicitude.

Letra C – Incorreta. Se a ilicitude for excluída, não há crime e, consequentemente, não há pena.

Letra D – Incorreta. O estrito cumprimento do dever legal exclui a ilicitude, impedindo a condenação penal.

Letra E – Incorreta. O erro sobre a ilicitude nem sempre isenta de responsabilidade; depende de sua inevitabilidade.

Gabarito: Letra B

GABARITO

ATO TÍPICO E ILICITUDE. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO. EXCESSO PUNÍVEL

1. Letra A	2. Letra D	3. Letra B	4. Letra A	5. Letra C
6. Letra C	7. Letra B			



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.